



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria dos Recursos Hídricos*  
**Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH**

OFÍCIO Nº 013/2017 - CONERH/SRH

Fortaleza, 06 de março de 2017.

À Sra.

**VIVIANE RAMOS DA COSTA**

Coordenadora da UGP

Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Av. General Afonso Albuquerque, s/nº – Cambéba – CEP: 60.822-325

Fortaleza/CE

**Assunto: Encaminhamento da ata da 78ª Reunião Ordinária do CONERH.**

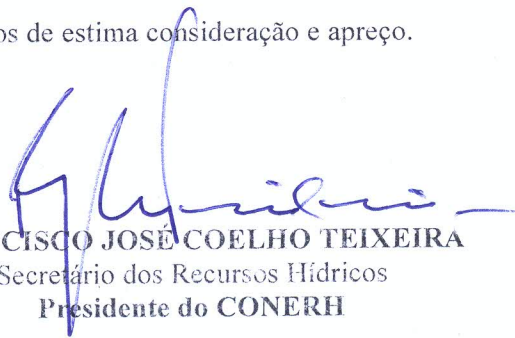
Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, e fazendo referência aos Projetos do Banco Mundial assumidos por esse Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, assim como por esta Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH, por intermédio do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH, vimos encaminhar para vosso conhecimento e providências cabíveis, a Ata da 78ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, aprovada e assinada na reunião realizada no último dia 21/02/2017.

Diante das entregas realizadas anteriormente compreendemos ter atendido às exigências estabelecidas pelo Banco Mundial e cumprido os indicadores do segundo semestre do ano de 2017, contudo encaminhamos a presente Ata para ciência desse Instituto das deliberações ocorridas na citada reunião.

No ensejo, externamos votos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA**  
Secretário dos Recursos Hídricos  
Presidente do CONERH



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria dos Recursos Hídricos

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ -  
CONERH

01 Aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), no auditório da  
02 COGERH, foi realizada a 78ª Reunião Ordinária do CONERH, na qual estiveram  
03 presentes os seguintes Conselheiros do CONERH: Francisco José Coelho Teixeira  
04 (SRH), Nagyla Maria Galdino Drummond (SECITECE), Osvaldo Segundo da Costa Filho  
05 (SEAPA), Milene Antunes de Alencar (SEDUC), Lúcia Maria Bezerra da Silva  
06 (SEMA), Antônio Cláudio Ferreira Lima e Sílvio Carlos Ribeiro Vieira Lima (SDE),  
07 Nicolas Arnaud Fabre (APRECE), Alcides da Silva Duarte (CBH), Maria Zita Timbó  
08 Araújo (DNOCS), Antônio Praxedes Berto (ABES), Renata Mendes Luna (ABRH),  
09 Maria Inês Teixeira Pinheiro (IFCE), Nise Sanford Fraga (UNIFOR), Bárbara Jô da  
10 Silva Machado (CAGECE), João Teixeira Júnior (FAEC), Antônio Renato Lima Aragão  
11 e Elaine Cristina de Moraes Pereira (FIEC). Ao todo estavam presentes membros de 16  
12 Instituições do Conselho, representando 80% do CONERH e 18 Conselheiros entre  
13 titulares e suplentes. Como Secretaria-Executiva do CONERH - Carlos Magno Feijó  
14 Campelo (titular). Como Assessoria Jurídica da SRH - Ricardo Veras Paz e Ana Cláudia  
15 Ferreira Dutra Fernandes. Como convidados estavam presentes 23 participantes de  
16 diversas instituições tais como: Assembleia Legislativa, CAGECE, COGERH, SRH,  
17 Associação Cearense de Aquicultura (ACEAQ), 350.Org e CREA. Ao todo estavam  
18 presentes 43 pessoas, entre Conselheiros, Secretaria-executiva e Convidados, conforme  
19 lista de presença em anexo. Foi registrada a **ausência** dos Conselheiros da SECITECE,  
20 SEPLAG, CIDADES e SDA. As nove horas e dez minutos a Reunião foi iniciada pelo  
21 Presidente do CONERH e Secretário de Recursos Hídricos, Dr. Francisco Teixeira, que  
22 fez a abertura formal e agradeceu a presença de todos. Em seguida passou a palavra para  
23 o Sr. Carlos Magno Feijó Campelo/Secretário-executivo do CONERH que divulgou a  
24 presença de catorze membros, havendo, portanto, o quorum regimental. Ele apresentou a  
25 pauta da reunião: 1) Aprovação da 77ª Reunião Ordinária do Conerh; 2)  
26 abordagem dos encaminhamentos; 3) avaliação da proposta de atualização da  
27 tabela de emolumentos; 4) criação de Câmara Técnica para acompanhamento do  
28 uso da água na agropecuária; 5) apresentação sobre modelo de exploração do  
29 petróleo - fracking; 6) apresentação sobre poços direcionais; 7) palavra facultada.  
30 No primeiro ponto de pauta: Carlos Campelo submeteu a Ata da 77ª Reunião



31 Ordinária ocorrida em 18 de outubro de 2016 no auditório da Cogerh para aprovação  
32 dos Conselheiros e a mesma foi aprovada na íntegra e por unanimidade. Passou-se então  
33 ao segundo ponto de pauta: Na abordagem dos encaminhamentos da reunião anterior  
34 do Conerh, Carlos Magno, Secretário-executivo do Conerh, fez os seguintes  
35 esclarecimentos: A nova versão do Regimento Interno, aprovada na reunião anterior,  
36 ainda não foi publicada e isso interferiria na pauta da “*Câmara Técnica para*  
37 *Acompanhamento do uso da Água na Agropecuária*”. Com o final do ano civil, está  
38 previsto fazer a renovação do CONERH ainda neste mês de dezembro, mas o  
39 lançamento do edital vai depender da publicação do novo Regimento Interno. Sobre a  
40 tabela de emolumentos, a Secretaria Executiva enviou as devidas cópias para o DNOCS,  
41 atendendo ao pedido de vista feito na reunião anterior; do mesmo modo enviou para os  
42 demais conselheiros e foi dado um prazo de vinte dias para avaliação; enfatizou que até  
43 o momento a SRH não recebera nenhuma consideração do DNOCS ou de nenhum outro  
44 conselheiro. Iniciou então o terceiro ponto da pauta: Avaliação da proposta de  
45 atualização da tabela de emolumentos. Carlos Magno destacou apenas os principais  
46 aspectos da tabela, pois a proposta foi apresentada na reunião anterior. Os conselheiros  
47 quiseram entender quais aspectos foram considerados na elaboração dos valores. Carlos  
48 Magno esclareceu que o princípio é o Estado recuperar os gastos com a análise das  
49 outorgas. O Secretário afirmou que foi levado em conta principalmente a parte do  
50 usuário e a fonte hídrica. Paulo Miranda, Gerente de Outorga e Fiscalização da  
51 COGERH informou que a análise da outorga requer várias visitas de campo e o custo  
52 disso até pode ultrapassar o que está na tabela. Disse acreditar que houve um erro em  
53 não ter inserido alguém da Cogerh na Comissão que a elaborou, pois teriam  
54 acompanhado melhor. O DNOCS questionou por que na outorga de açudes os  
55 emolumentos são mais baratos do que para dique de proteção/recondução de leito.  
56 Alguns membros questionaram o que define uma bateria de poços. Ficou esclarecido que  
57 o estudo hidrológico e hidráulico é mais complexo no caso dos diques e que bateria de  
58 poços ocorre quando mais de um poço é destinado para atender a um único usuário.  
59 Restou claro que os critérios foram a complexidade da fonte hídrica e a capacidade de  
60 pagamento. Carlos Magno apresentou a minuta de resolução que aprova a tabela. A  
61 minuta foi APROVADA de forma unânime, porém com duas alterações a serem  
62 realizadas: no artigo 2º terá a seguinte redação: “*Ficam isentos do pagamento da*  
63 *presente taxa de emolumentos dos pedidos de outorga de uso: (...)*”; no inciso IV do  
64 mesmo artigo descrever a sigla BEDA – Bovinos Equivalente de Demanda de Água.  
65 Passaram ao quarto ponto de pauta: Criação de Câmara Técnica para



66 Acompanhamento do Uso da Água na Agropecuária. O Dr. Francisco Teixeira fez uma  
67 memória sobre esta pauta, afirmando que “a proposta veio da ADECE para fazer um  
68 Decreto estadual criando um comitê de acompanhamento, porém, o Conerh ponderou  
69 que criar uma Câmara Técnica (CT) seria melhor, considerando as aspectos  
70 institucionais do Sistema”. Carlos Magno esclareceu que o Regimento Interno do  
71 Conerh que está “vigente” não permite na composição da Câmara Técnica instituições  
72 externas a este Conselho; a proposta da SRH seria criar, hoje, a Câmara apenas com  
73 membros conselheiros e após a publicação do novo regimento haver uma recomposição  
74 com instituições afins e correlatas a recursos hídricos. Sobre o novo regimento, Ricardo  
75 Veras, advogado da SRH, esclareceu que foi aprovado em resolução do Conerh,  
76 publicada no DOE de 17/11/2016, contudo, como o regimento anterior foi validado por  
77 um Decreto há de haver um novo Decreto estadual, porque apenas um decreto revoga  
78 outro. Atualmente a minuta está na PGE. O Dr. Francisco Teixeira afirmou que haverá  
79 brevidade na publicação do Decreto. Ficou claro que quem coordenará a CT é a  
80 Secretaria Executiva do Conerh, por ordem do novo regimento. O Secretário, Dr.  
81 Teixeira, disse que na sua percepção a finalidade dessa CT é monitorar, acompanhar,  
82 coletar dados e informações; nela tendo que haver pessoas com a responsabilidade de  
83 fazer as pesquisas, de criar cadastros e monitorar; não seriam informações coletadas  
84 informalmente. Ele disse entender que é uma CT para acompanhamento da água na  
85 agricultura, não é para estudos, é para aplicar a metodologia criada pela ADECE. Houve  
86 uma votação para definir se a CT seria aprovada nesta reunião, com composição apenas  
87 de conselheiros do CONERH (proposta 01) ou se ficaria para discussão e criação após a  
88 validação do novo regimento (proposta 2). A proposta de número um foi vencedora com  
89 oito votos e a proposta dois teve seis votos. Foi apresentada a minuta de resolução  
90 criando a CT. Carlos Welby, representante dos Comitês de Bacia, propôs incluir um  
91 representante dos CBH e houve uma proposta de inserir a Secretaria de  
92 Desenvolvimento Econômico - SDE. As duas inserções foram aprovadas. Foram lidas as  
93 atribuições da CT. Inicialmente foi solicitada a retirada das atribuições I e II, porém  
94 permaneceram. O Dr. Francisco Teixeira deixou claro que o levantamento de dados para  
95 alimentar o modelo criado pela ADECE não será feito pela a SRH. Foi sugerido incluir  
96 no texto da resolução algo sobre a necessidade de atualizar o modelo. A inclusão foi  
97 aprovada para o Art. 2º, inciso III, que passou a ter a seguinte redação: “III - propor  
98 critérios de corte hídrico com base nos indicadores eleitos para cada bacia hidrográfica e  
99 nos resultados apresentados pela ADECE, mantendo este modelo de resultados  
100 permanentemente atualizado”. Ainda no mesmo artigo, inciso VI, foi aprovada a



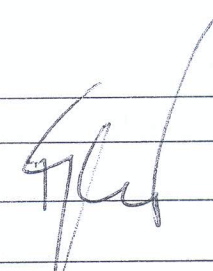
101 exclusão da palavra “fiscalizar”. Houve alteração do Art. 3º, para o qual ficou aprovada  
102 a seguinte redação: “A Câmara Técnica mencionada no artigo 1º, será formada por  
103 representantes indicados pelas entidades membro do Conselho”. Foi questionado sobre  
104 a subordinação da CT ao Conerh. O Dr. Ricardo Veras esclareceu que o Regimento do  
105 Conerh já esclarece que as Câmaras Técnicas devem “elaborar e apresentar proposições  
106 ao Conerh”. No Art. 8º houve interpretação de que a SRH e a Cogerh teriam que  
107 fornecer acesso a todas as informações técnicas necessárias ao trabalho da CT, incluindo  
108 as informações de outros órgãos. Mas ficou entendido que o artigo apenas enfatiza que  
109 esses dois órgãos darão “acesso a informações técnicas” próprias. Não havendo mais  
110 considerações o Conerh APROVOU a resolução, criando e regulamentando a Câmara  
111 Técnica. Aprovou ainda que o assunto dessa CT voltará à pauta para recomposição da  
112 mesma com instituições afins, após validação do novo regimento. As instituições  
113 EMBRAPA e UFC ficaram pré-sugeridas. O Dr. Francisco Teixeira pediu licença para  
114 ausentar-se devido a compromisso no Palácio do Governo e desejou boas festas a todos.  
115 Passou-se para o quinto ponto da pauta: Apresentação sobre o modelo de exploração  
116 do petróleo – fracking. A diretora da instituição 350.org da América Latina e integrante  
117 da Coordenação Nacional da Coesus – Coalizão não Fracking, Sra. Nicole Figueiredo de  
118 Oliveira, apresentou como funciona o modelo de exploração das reservas de xisto,  
119 informando que esse modelo perfura as rochas para extração do gás metano, o chamado  
120 fracking; alertou para vários impactos ambientais e irregularidades, tais como: injeção  
121 de água com metais pesados nas rochas (chumbo e outros), contaminação da água/solo;  
122 terremotos; ausência de licenciamento ambiental e inexistência de análise de risco.  
123 Denunciou que áreas para exploração de fracking foram vendidas em Aracati. Afirmou  
124 que “esses blocos estão sendo vendidos rápidos porque os governos querem fazer caixa  
125 e não por falta de abastecimento de gás”. Propôs ao Conerh que aprove uma resolução  
126 para proibir outorga de uso da água para indústrias de fracking e também que indústrias  
127 que tem alto consumo de água, como siderúrgicas e termelétricas, sejam tarifadas com  
128 valores mais altos e tenham outorgas mais caras; além disso, que não sejam aprovadas  
129 novas outorgas para essas indústrias. Afirmou que o subsolo pertence à União e compete  
130 a ela legislar a respeito, mas o município pode proibir a outorga de superfície, pois  
131 havendo cerceamentos os investidores não comprarão os blocos. Os conselheiros  
132 manifestaram estranheza pela afirmação de uma total ausência de licenciamento nessa  
133 exploração, ausência de outorga de uso da água, enfim, a falta de regularização pareceu-  
134 lhes absurdo. Ponderaram que é preciso trazer mais dados sobre esse assunto para o  
135 Conerh analisar; convidar os prefeitos para discutir com eles; trazer a Petrobras e a



136 Agência Nacional do Petróleo para esclarecimentos ao Conerh, bem como os  
137 representantes da própria empresa de Fracking para o debate. O conselheiro Nicolas, da  
138 APRECE, explicou que o Estado e os Municípios cearenses estiveram fora dessa  
139 discussão porque ela estava ocorrendo apenas no âmbito federal. A APRECE tomou  
140 conhecimento de forma casual durante a Marcha dos Prefeitos e vem tentando ampliá-la.  
141 Enfatizou os danos ambientais, considerando-os muito difíceis de recuperar. O Sr. Bosco  
142 Moraes, geólogo, convidado, expressou a opinião do diretor da Federação Brasileira de  
143 Geólogos: - “tudo que foi dito de negativo do método é verdadeiro, mas a metodologia  
144 do fracking não vai existir no Ceará porque não há ambiente geológico para tal. A Bacia  
145 do Parnaíba seria a formação geológica mais próxima de um ambiente para o fracking,  
146 mas o cariri e outras regiões não o são. No Ceará não existe possibilidade de pesquisa,  
147 prospecção e exploração de petróleo com esse método. O fracking não funciona no  
148 Ceará, podem ficar tranquilos”, expressou ele. Indagou-se ainda: se não há ambiente  
149 porque houve a compra de um bloco em Aracati? Não havendo mais comentários, e pelo  
150 avanço do tempo, a pauta foi encerrada, ficando a perspectiva do Conerh buscar mais  
151 dados e aprofundar as análises. O **sexto ponto de pauta** foi: Apresentação sobre poços  
152 direcionais. O técnico da COGERH, José Guilherme Filgueira da Silva, da Gerência de  
153 Estudos e Projetos, apresentou o trabalho e a metodologia de perfuração de poços  
153 direcionais que está sendo feito no Cumbuco, aquífero Cauípe. O Conerh indagou se foi  
155 feita uma avaliação desse aquífero para ver o potencial de água dessa região; se esta  
156 exploração não causaria escassez e prejuízos para as comunidades ao redor e se a  
157 finalidade dos poços seria para uso industrial. O técnico esclareceu que essa  
158 interferência será analisada, os piezômetros serão para isso, e a exploração será dentro  
159 dos limites projetados; a finalidade não é só para a indústria, contribuirá para abastecer o  
160 lado oeste da Região Metropolitana de Fortaleza. O Conerh enfatizou que os poços  
161 sejam explorados com responsabilidade, que não sobrecarregue o aquífero, pondo em  
162 risco comunidades que dependem dessa água. O Dr. João Lúcio, presidente da Cogerh,  
163 afirmou que haverá controle - é um aquífero monitorado e vai reforçar o abastecimento  
164 humano de São Gonçalo do Amarante e distritos. Ademais, afirmou que o Cumbuco não  
165 tem tantas moradias e houve reclamação apenas do Vila Galé. Informou que a Cogerh  
166 vai realizar poços também na Taíba. Garantiu que a Cogerh não deixará afetar o  
167 abastecimento das comunidades, haverá acompanhamento. Houve mais uma pergunta:  
168 quantos poços a Cogerh consegue monitorar no Pecém, considerando inclusive os poços  
169 individuais das indústrias? Quanta água está sendo tirada hoje na região? O técnico  
170 Guilherme afirmou que são setenta e cinco poços monitorados pela Cogerh em relação



171 ao nível da água e ao teor de sal, não há análise físico-química. Esse tipo de análise  
 172 ainda vai começar, mas apenas nos poços monitorados pela Cogerh. Com os  
 173 agradecimentos ao técnico, a pauta foi finalizada. Em seguida, o Sr. Carlos Magno  
 174 agradeceu por todas as contribuições e finalizou a reunião. Nada mais a relatar, eu,  
 175 Celineide Nascimento Pinheiro, técnica da COGERH, lavrei a presente ata, que após lida  
 176 e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Secretário-Executivo, Conselheiros  
 177 presentes e por mim.


RECURSOS HÍDRICOS - SRH		
TITULAR	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	✓ 
SUPLENTE	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	

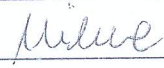
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA		
TITULAR	PAULO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL	
SUPLENTE	JOAQUIM FIRMINO FILHO	

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	
SUPLENTE	NAGYLA MARIA GALDINO DRUMOND	✓

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG		
TITULAR	NELSON MATOS BRITO	
SUPLENTE	FRANCISCO PARENTE GOMES	

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES		
TITULAR	ALCEU DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR	
SUPLENTE	MARCELLA FACÓ SOARES	

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA		
TITULAR	EUVALDO BRINGEL OLINDA	
SUPLENTE	OSVALDO SEGUNDO DA COSTA FILHO	✓ 

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	MILENE ANTUNES DE ALENCAR	✓ 
SUPLENTE	LINDALVA COSTA DA CRUZ	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA		
TITULAR	FRANCISCO ABELARDO CAVALCANTE CAMURÇA	
SUPLENTE	OLAVO DA COSTA MOREIRA	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	MARIA DIAS CAVALCANTE	
SUPLENTE	LÚCIA MARIA BEZERRA DA SILVA	<i>Lucia Maria B. da Silva</i>

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE		
TITULAR	ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA	√
SUPLENTE	SÍLVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA	√

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	MARCONDES HERBSTER FERRAZ	
SUPLENTE	NICOLAS ARNAUD FABRE	√ <i>[Signature]</i>

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH		
TITULAR	ALCIDES DA SILVA DUARTE	√ <i>Alcides da Silva Duarte</i>
SUPLENTE	GENEZIANO DE SOUZA MARTINS	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		
TITULAR	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	√ <i>[Signature]</i>
SUPLENTE	ÁLVARO ERNESTO STUDART TELES	

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES		
TITULAR	ANTÔNIO PRAXEDES BERTO	√
SUPLENTE	MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES	√ <i>[Signature]</i>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS - ABRH		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	√ <i>[Signature]</i>
SUPLENTE	ROGÉRIO CAMPOS	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE		
TITULAR	VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE	
SUPLENTE	MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	√ <i>[Signature]</i>



UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR		
TITULAR	NISE SANFORD FRAGA	✓ <i>Nise Sanford Fraga</i>
SUPLENTE	OYRTON AZEVEDO DE CASTRO MONTEIRO JR.	

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE		
TITULAR	BÁRBARA JÔ DA SILVA MACHADO	✓
SUPLENTE	DOMINGOS SÁVIO CARDOSO BRAGA	

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC		
TITULAR	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	✓ <i>João Teixeira</i>
SUPLENTE	CARLOS BEZERRA FILHO	

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC		
TITULAR	ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO	✓ <i>Antônio Renato Lima de Aragão</i>
SUPLENTE	ELAINE CRISTINA DE MORAES PEREIRA	✓

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH		
TITULAR	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	✓ <i>Carlos Magno Feijó Campelo</i>
SUPLENTE	MÁRCIA SOARES CALDAS	✓

ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH		
TITULAR	RICARDO VERAS PAZ	✓ <i>Ricardo Veras Paz</i>
SUPLENTE	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	✓
	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA FERNANDES	✓ <i>Ana Cláudia Ferreira Dutra Fernandes</i>

APOIO TÉCNICO - COGERH		
Analista de Gestão	CELINEIDE NASCIMENTO PINHEIRO	✓ <i>Celineide N. Pinheiro</i>

1



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria dos Recursos Hídricos  
Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH

OFÍCIO Nº. 020/2017 - CONERH/SRH

Fortaleza, 20 de junho de 2017.

À Sra.

**VIVIANE RAMOS DA COSTA**

Coordenadora da UGP

Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Av. General Afonso Albuquerque, s/nº – Cambéa – CEP: 60.822-325

Fortaleza/CE

**Assunto: Encaminhamento da Ata da 80ª Reunião Ordinária do CONERH.**

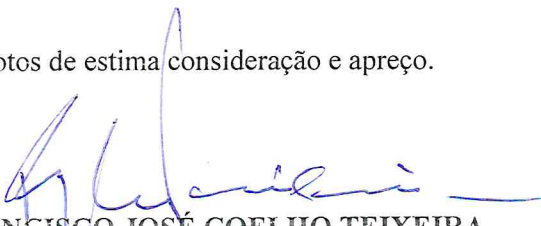
Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, e fazendo referência aos Projetos do Banco Mundial assumidos por esse Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, assim como por esta Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH, por intermédio do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH, vimos encaminhar para vosso conhecimento e providências cabíveis, a Ata da 80ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, aprovada e assinada na Reunião Extraordinária do CONERH nº 01/2017, realizada no último dia 09 de junho de 2017.

Diante desta entrega e da anteriormente realizada por intermédio do Ofício nº. 013/2017 – CONERH/SRH, datada em 06 de março de 2017, compreendemos ter atendido às exigências estabelecidas pelo Banco Mundial e cumprido os indicadores do primeiro semestre do ano de 2017, contudo encaminhamos a presente Ata para ciência desse Instituto das deliberações ocorridas na citada reunião.

No ensejo, externamos votos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA**  
Secretário dos Recursos Hídricos  
Presidente do CONERH





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria dos Recursos Hídricos

Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS  
DO CEARÁ – CONERH

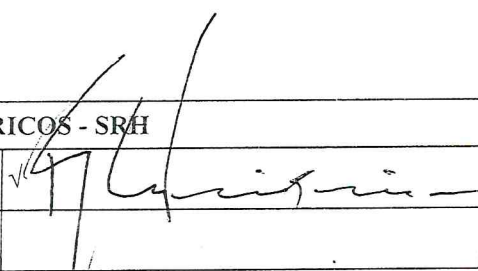
01 Aos 21 (vinte um) dias do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete), no auditório da  
02 COGERH, foi realizada a 80ª Reunião Ordinária do CONERH, na qual estiveram  
03 presentes os seguintes Conselheiros do CONERH: Francisco José Coelho Teixeira  
04 (SRH), Joaquim Firmino Filho (SEINFRA), Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda  
05 (SECITECE), Karine Machado Campos Fontenele e Daniel Charley Ferreira Umbelino  
06 (SEPLAG), Marcella Facó Soares (CIDADES), Osvaldo Segundo da Costa Filho  
07 (SEAPA), Milene Antunes de Alencar (SEDUC), Edson Fontes Sobrinho e Olavo da  
08 Costa Moreira (SDA), Maria Judite Araújo e Karlos Welby Néri Paiva (CBH), Maria  
09 Zita Timbó Araújo (DNOCS), Francisco de Assis Bezerra Leite (CREA), Jadson Sarto  
10 Ângelo Oliveira de Pontes e Adahil Pereira de Sena (SINDIÁGUA), Renata Mendes  
11 Luna (UFC), Nise Sanford Fraga (UNIFOR), Helder dos Santos Cortez e Anderson de  
12 Oliveira Lima (CAGECE), Antônio Renato Lima Aragão e Elaine Cristina de Moraes  
13 Pereira (FIEC). Do colegiado do CONERH, estavam presentes 16 Instituições.  
14 representando 80% do Conselho e 21 Conselheiros entre titulares e suplentes. Como  
15 Secretaria-Executiva do CONERH - Carlos Magno Feijó Campelo (titular) e Márcia  
16 Soares Caldas (suplente). Como Assessoria Jurídica da SRH – Ricardo Veras Paz e Ana  
17 Cláudia Ferreira Dutra Fernandes. Como convidados estavam presentes 29 participantes  
18 de diversas instituições tais como: Assembleia Legislativa, Fórum Ceará no Clima,  
19 Agência Nacional de Águas, Ministério da Integração, SRH, COGERH, RENAP e  
20 Instituto Ambiental Viramundo. Ao todo estavam presentes 54 pessoas, entre  
21 Conselheiros, Secretaria-executiva e Convidados, conforme lista de presença em anexo.  
22 Foi registrada a **ausência** dos Conselheiros da APRECE, FAEC, SEMA e SDE. No  
23 entanto, registra-se que as Instituições SEMA e SDE enviaram justificativa de falta por  
24 escrito e a FAEC fez uma justificativa oral de sua falta. As nove horas a Reunião foi  
25 iniciada a reunião pelo Presidente do CONERH e Secretário de Recursos Hídricos, Dr.  
26 Francisco José Coelho Teixeira, que fez a abertura formal, agradeceu a presença de  
27 todos e verificou que haviam 16 Instituições do Conselho presentes, tendo portanto


28 número de membros acima do quorum regimental para o início da reunião. Logo em  
29 seguida, o Sr. Carlos Campelo, Secretário Executivo do Conerh, apresentou a pauta da  
30 reunião de hoje: 1) Aprovação da ata da 79ª Reunião Ordinária; 2) abordagem dos  
31 encaminhamentos; 3) apresentação do Relatório PROGESTÃO 2016 – Metas  
32 Federativas e Estaduais (CGERH/SRH); 4) apresentação do Programa Nacional de  
33 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS (ANA); 5)  
34 apresentação sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco e a proposta de  
35 custo de uso da água (Ministério da Integração Nacional); 6) palavra facultada. Sendo  
36 assim, o primeiro ponto de pauta foi a aprovação da 79ª Reunião Ordinária do  
37 Conerh. Carlos Campelo submeteu a Ata da 79ª Reunião Ordinária ocorrida em 21 de  
38 fevereiro de 2017 no auditório da Cogerh para aprovação dos Conselheiros e a mesma  
39 foi APROVADA na íntegra e por unanimidade dos conselheiros. No segundo ponto da  
40 pauta: Na abordagem dos encaminhamentos, Carlos Magno, Secretário Executivo do  
41 Conerh, apresentou o ofício da SEPLAG que indica seus novos Conselheiros: Karine  
42 Machado Campos Fontenele (titular) e Daniel Charley Ferreira Umbelino. Carlos Magno  
43 citou também que, como resultado da reunião passada, que gerou as Resoluções nº 03 e  
44 04/2017 do Conerh, foi publicado no Diário Oficial do Estado, dia 24/02/17, o Decreto  
45 nº 32.159 que trata da Tarifa de Contingência para as Termelétricas e o Decreto nº  
46 32.160 que trata da tarifa de cobrança de água bruta. As mesmas serão enviadas  
47 posteriormente aos Conselheiros via e-mail e estão disponíveis no sítio eletrônico da  
48 SRH ([www.srh.ce.gov.br](http://www.srh.ce.gov.br)). Em seguida, Carlos Magno leu a Moção do Fórum Nacional dos  
49 Comitês de Bacias Hidrográficas que foi endereçado ao Conselho Nacional de Recursos  
50 Hídricos, bem como todos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e colegiados de  
51 Comitês de Bacias Hidrográficas. A defesa da moção citada é solicitar que os referidos  
52 conselhos e comitês de bacias dêem apoio e garantam financeiramente a participação da  
53 juventude nesses colegiados. Antes do próximo ponto de pauta, o Secretário Francisco  
54 Teixeira concedeu a palavra para o Sr. João Alfredo, ex Vereador e ex-Deputado  
55 Federal, atualmente representando a rede de advogados populares. João Alfredo,  
56 juntamente com outros representantes das organizações civis, apresentaram um ofício  
57 endereçado ao Conerh sobre as Termelétricas. João Alfredo elogiou a medida já adotada  
58 de tarifa de contingência para as Termelétricas, mas acha que o debate precisa avançar.  
59 O conteúdo do ofício reforça os seguintes pontos: contra o uso da água pelas  
60 termelétricas em virtude de agravarem o aquecimento global e solicita a suspensão das  
61 outorgas das termelétricas baseadas no Artigo 11 da Política Estadual dos Recursos

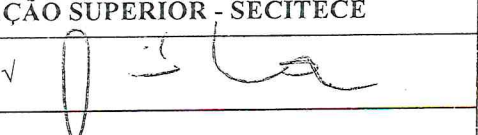


62 Hídricos, Lei nº 14.844/2010. O ofício foi entregue ao secretário e há várias instituições  
63 da sociedade civil que estão assinando esse documento. A Srta. Beatriz Azevedo, do  
64 Fórum Ceará no Clima que leu o documento, ressaltou o seu apoio a Moção do Fórum  
65 Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas que pede a inclusão da juventude nos  
66 colegiados do Conerh e Comitês de Bacias. Em seguida, Teixeira enfatizou que o  
67 Conselho sempre está aberto as manifestações da sociedade e que o Conselho tem se  
68 preocupado e discutido sistematicamente formas de melhorar a eficiência do uso dos  
69 nossos recursos hídricos e citou como exemplo o corte de oferta de água para agricultura  
70 que atualmente está em 75%, podendo ser ainda maior este ano de 2017. No terceiro  
71 ponto de pauta: discussão sobre o PROGESTÃO. Carlos Magno enfatizou que o  
72 Progestão é um contrato celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a SRH  
73 pelo alcance de metas na Gestão dos Recursos Hídricos. As metas estaduais são uma  
74 auto avaliação que o Estado do Ceará faz através de conversas com técnicos da área  
75 pertinente a meta, bem como em oficinas com técnicos da ANA. Já o alcance das metas  
76 federativas são avaliadas pela própria ANA. A apresentação do PROGESTÃO foi feita  
77 por Márcia Caldas e Ana Cláudia Dutra da SRH. Após a apresentação, a Conselheira  
78 Marcella Facó, da Secretaria das Cidades, sugeriu que na meta estadual 4.8 que trata da  
79 existência de programas e projetos indutores para o incentivo de boas práticas na gestão  
80 de recursos hídricos, fosse verificado e incluído no Relatório do Progestão a menção da  
81 Lei Estadual de Reuso de Água não potável, Lei nº 16.033/20.06.16, que trata no seu  
82 Artigo 11, do selo do reuso. Além disso, citou também a Lei nº 16.034/20.06.16 que  
83 prevê a desoneração de ICMS para compra de material e equipamento para estações de  
84 tratamento para uso de efluentes. A Conselheira Zita, representante do DNOCS também  
85 fez uma ressalva nas metas federativas, item I.5, sobre a necessidade de garantir recursos  
86 para a segurança das barragens. Teixeira colocou que a preocupação da Zita é pertinente  
87 e que não há recursos do Tesouro para essa manutenção, tudo é feito com recursos  
88 próprios da arrecadação estadual. Ele acredita ainda que a tarifa de contingência vai  
89 auxiliar para garantir recursos para manutenção das barragens. Teixeira pediu ainda o  
90 auxílio da Zita no DNOCS para que o Termo de Cooperação entre DNOCS e COGERH  
91 seja renovado para garantir a manutenção das barragens. O Conselheiro Inácio Arruda,  
92 da SECITECE, pediu que houvesse uma aproximação institucional entre o INPE e a  
93 Funceme para melhorar cada vez mais os dados sobre meteorologia. Após as discussões  
94 sobre o assunto, o Relatório do PROGESTÃO foi colocado em votação e APROVADO.  
95 Passou-se então para o quarto ponto da pauta: programa PROCOMITÊ. O mesmo foi


96 apresentado por Márcio Rosa, da Agência Nacional de Águas - ANA, falando de todos  
 97 os passos para implementação do programa. Logo em seguida, a Conselheira Maria  
 98 Judite, representando os CBHs, pediu informações sobre em que estágio de  
 99 implementação do programa está inserido o Estado do Ceará. Carlos Magno da SRH  
 100 informou que todos os Comitês de Bacias do Ceará já aderiram ao programa e o próximo  
 101 passo é a adesão do Estado do Ceará através de um Decreto do Governador. Nesse  
 102 momento, o Secretário Teixeira perguntou se os conselheiros recomendam a  
 103 implantação do PROCOMITÊ no Estado do Ceará e todos APROVARAM. Agora,  
 104 conforme esclarecimentos do Sr. Márcio Rosa da ANA, o passo seguinte após o Decreto  
 105 é um ofício à ANA aderindo ao programa para que seja feita uma oficina para definição  
 106 de metas com os Comitês. Quando as metas estiverem definidas, as mesmas serão  
 107 apresentadas ao CONERH para aprovação. O passo seguinte é a concretização do  
 108 contrato entre a ANA e o órgão gestor para o repasse financeiro e o acompanhamento  
 109 das metas. **No quinto ponto de pauta,** houve a apresentação do Projeto de Integração  
 110 do São Francisco, apresentado por Antônio Luitgards Moura, Diretor de Projetos  
 111 Estratégicos do Ministério da Integração Nacional. **No sexto ponto de pauta,** a palavra  
 112 foi facultada aos Conselheiros e demais presentes, mas não houve nenhuma ressalva.  
 113 Não há encaminhamentos para a próxima reunião. Nada mais a relatar, eu, Márcia  
 114 Soares Caldas, Secretária Executiva Suplente do CONERH lavrei a presente ata, que  
 115 após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Secretário-Executivo,  
 116 Conselheiros presentes e por mim.

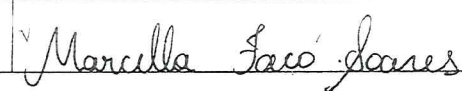
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH		
TITULAR	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	✓ 
SUPLENTE	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	


SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA		
TITULAR	PAULO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL	
SUPLENTE	JOAQUIM FIRMINO FILHO	✓ 

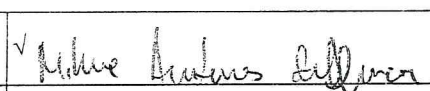
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	✓ 
SUPLENTE	NAGYLA MARIA GALDINO DRUMOND	

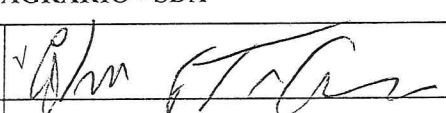


SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG		
TITULAR	KARINE MACHADO CAMPOS FONTENELE	✓
SUPLENTE	DANIEL CHARLEY FERREIRA UMBELINO	✓ 

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES		
TITULAR	ALCEU DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR	
SUPLENTE	MARCELLA FACÓ SOARES	✓ 

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA		
TITULAR	EUVALDO BRINGEL OLINDA	
SUPLENTE	OSVALDO SEGUNDO DA COSTA FILHO	

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	MILENE ANTUNES DE ALENCAR	✓ 
SUPLENTE	ANNA CECÍLIA CAVALCANTE FREITAS	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA		
TITULAR	EDSON FONTES SOBRINHO	✓ 
SUPLENTE	OLAVO DA COSTA MOREIRA	✓

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	MARIA DIAS CAVALCANTE	<b>FALTA JUSTIFICADA</b>
SUPLENTE	LÚCIA MARIA BEZERRA DA SILVA	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE		
TITULAR	ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA	<b>FALTA JUSTIFICADA</b>
SUPLENTE	SÍLVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA	

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	BISMARCK BARROS BEZERRA	<b>AUSENTE</b>
SUPLENTE	NICOLAS ARNAUD FABRE	

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH		
TITULAR	MARIA JUDITE ARAÚJO	✓ <i>Maria Judite Araújo</i>
SUPLENTE	KARLOS WELBY NÉRI PAIVA	✓

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		
TITULAR	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	✓ <i>M. Timbó</i>
SUPLENTE	ÁLVARO ERNESTO STUDART TELES	

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SINDIÁGUA		
TITULAR	JADSON SARTO ÂNGELO OLIVEIRA DE PONTES	✓
SUPLENTE	ADAHIL PEREIRA DE SENA	✓ <i>Adahil Pereira de Sena</i>

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARÁ - CREA		
TITULAR	MAILDE CARLOS DO RÊGO	
SUPLENTE	FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA LEITE	✓

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	✓
SUPLENTE	SAMÍRIA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR		
TITULAR	NISE SANFORD FRAGA	✓
SUPLENTE	BRUNO ARAGÃO MARTINS DE ARAÚJO	

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE		
TITULAR	HELDER DOS SANTOS CORTEZ	✓ <i>Helder dos Santos Cortez</i>
SUPLENTE	ANDERSON DE OLIVEIRA LIMA	✓ <i>Anderson de Oliveira Lima</i>

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC		
TITULAR	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	<b>AUSENTE</b>
SUPLENTE	CARLOS BEZERRA FILHO	